



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES REQUERIMENTO N° /2021 (Da Sra. Rosana Valle)

Apresentação: 01/04/2021 14:40 - CVT

REQ n.16/2021

Requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Viação e Transportes para debater a desestatização dos portos brasileiros.

Senhor Presidente,

Com fundamento no disposto no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V.Exa. seja realizada Audiência Pública da Comissão de Viação e Transportes, para debater sobre a desestatização dos portos brasileiros.

Para tanto, solicitamos sejam convidadas as autoridades abaixo:

- Ministro de Infraestrutura – Tracísio Gomes de Freitas
- Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - Diogo Piloni
- Presidente da Autoridade Portuária de Santos - Fernando Biral
- Presidente da Companhia Docas do Espírito Santo - Júlio Castiglioni
- Secretaria Especial da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos - Martha Seillier
- Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) - Eduardo Nery Machado Filho
- Presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) – Régis Gilberto Prunzel
- Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Administrativos em Capatazia, nos Terminais Privativos e Retroportuários e na Administração em Geral dos Serviços Portuários do Estado de São Paulo (SINDAPORT) - Everandy Cirino dos Santos
- Presidente do Sindicato dos Operários e Trabalhadores Portuários em Geral nas Administrações dos Portos e Terminais Privativos e Retroportos do Estado de São Paulo - Claudiomiro Machado
- Presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos – Bruno José dos Santos
- Presidente do Porto de São Sebastião – Paulo Tsutomu Oda
- Presidente da Associação Comercial de Santos – Mauro Sérgio Sammarco

Documento eletrônico assinado por Rosana Valle (PSB/SP), através do ponto SDR_56388, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



* c d 2 1 7 2 8 2 8 3 5 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA

A crise econômica que assola o país desde 2014 consoante ao crescente aumento das contas públicas tem levado o atual governo a adotar medidas drásticas e pouco comuns de contingenciamento orçamentário, inclusive com redução de despesas consideradas primárias. Não obstante, a venda das empresas estatais também se tornou bandeira de gestão do Governo Bolsonaro.

Superavitária ou deficitária, desimportante ou estratégica, de controle direto ou indireto, eficiente ou não, entre outros quesitos, em se tratando de companhias públicas estes são detalhes significativos e primordiais para os interesses do cidadão comum, da classe empresarial, laboral, política e da Nação como um todo, mas que, aparentemente, se tornaram irrelevantes aos olhos da equipe econômica capitaneada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

"Eu quero privatizar todas as empresas estatais. Vamos desinvestir e desmobilizar ativos públicos, vamos desindexar, desvincular e desobrigar todas as despesas de todos os entes federativos. A minha obrigação é fazer o diagnóstico e entregar a prescrição. A decisão é do Congresso. Essa é a proposta", declarou o responsável pela Pasta ao jornal Valor Econômico (09/09/2019).

Na Região Metropolitana da Baixada Santista, minha base de atuação, a possibilidade de desestatização da Autoridade Portuária de Santos gerou não apenas uma natural expectativa, mas sobremaneira imensa preocupação no seio da navegação comercial brasileira que interage com o Porto de Santos, não por acaso o maior e mais importante complexo portuário da América Latina, responsável por cerca de 30% da balança comercial brasileira.

Além disso, importante salientar que as atividades no Porto de Santos empregam aproximadamente 30 mil trabalhadores diretos, que incluem portuários sob administração do Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo) local, vinculados aos terminais e operadores portuários, do quadro da própria Autoridade Portuária, Praticagem, Anvisa, Vigiaçro, Antaq, Alfândega, Capitania dos Portos, agentes marítimos, despachantes, transportadoras, ferroviários, entre outros.

Como o processo de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo está em andamento e já realizou audiência pública, pode servir de modelo para a discussão e aprimoramento do projeto no Programa de Parcerias de Investimentos do Governo Federal.

Nesse sentido, em face da complexidade que envolve a matéria e diante da ausência de maiores detalhes, exceto o prazo estimado pelo governo para a assinatura do contrato de desestatização da Docas do Espírito Santo (primeiro trimestre de 2022), para a boa ordem entendemos como condição "sine qua non" a realização da Audiência Pública com a participação dos principais





CÂMARA DOS DEPUTADOS

agentes que interagem direta e indiretamente no setor, reunião que se antecipa como palco ideal para a devida discussão à luz das ideias.

Ressaltando que a privatização das empresas estatais sem a devida aprovação do Congresso Nacional é proibida, nos termos de decisão do Supremo Tribunal Federal, é dever desta CVT apreciar a pauta em sua plenitude, pela qual entendemos que a Audiência ora requerida contribuirá significativamente para o amplo, democrático e salutar debate sobre a privatização dos portos brasileiros, principal porta de entrada do comércio mundial e de saída das riquezas produzidas em território brasileiro.

Assim, senhor presidente e demais pares, pelo que regem os princípios da administração pública, rogo pela aprovação deste requerimento para realização de audiência pública.

Sala da Comissão, 30 de março de 2021.

DEPUTADA ROSANA VALLE
PSB/SP



* C 0 2 1 7 2 8 2 8 3 5 4 0 0 *